

ORDEM DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA POR E-DOCS

Nome Completo: _____ Nº Funcional: _____

Celular Nº _____ / Tel Res. _____ / Tel Contato _____

E-mail _____ Estado Civil _____

Declaração de não acúmulo de cargos

Declaração de Dedução do Imposto de Renda

Auto declaração referente a Cota (no caso de Cotista)

a) 01 (uma) foto 3x4 recente;

b) Cadastro de pessoa física (CPF).

c) Cédula de identidade (RG);

d) Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição ou certidão quitação eleitoral;

e) CNH (dentro do prazo de validade);

f) Carteira profissional (foto, dados pessoais e páginas dos contratos);

g) Certificado de reservista, se do sexo masculino- cópia e original;

h) Certidão nascimento, casamento, averbação em divórcio/união estável;

i) Comprovante de residência atual e CEP;

j) Número de conta do Banestes se houver;

k) Comprovante do cadastramento no PIS/PASEP;

l) Comprovante de escolaridade autenticado em cartório (diploma/histórico escolar);

m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos.

n) CPF dos filhos (obrigatório para inclusão de dependente);

o) Carteira de vacinação de filhos menores 07 anos;

p) Declaração escolar de filhos maiores 07 anos;

q) Paga pensão alimentícia? Anexar documento;

r) Dados pensionista atual;

s) Teste cardiológico, (Exame e laudo emitido por médico cardiologista)

t) Atestado de Saúde Ocupacional (fornecido por médico especializado em Medicina do trabalho devidamente carimbado, dentro do prazo de 30 dias)

u) Nada consta da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, ou do Estado onde reside.

Disponível em: <http://pc.es.gov.br>. (Não se admitirá protocolo de pedido de certidão ou cópia da certidão).

v) Certidão Negativa Criminal da 1ª e 2ª Instância. Disponível em:

<http://www.tj.es.jus.br> (Não se admitirá protocolo de pedido de certidão da certidão);

v) Comprovante de consulta de Qualificação Cadastral (e-Social). Disponível em:

<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>;

w) Cópia do Cadastro de Pessoas Física (CPF) do (s) filho (s) e demais dependentes

ou comprovante de situação cadastral do CPF disponível em:

<https://www.receita.fazenda.gov.br>.

DECLARAÇÃO

EU.....

portador (a) do **CPF Nº** e **RG. Nº**.....

Declaro junto ao **INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO – IASES**, que não exerço cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual ou Municipal) cuja acumulação seja vedada nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e do Art. 222 a 224 da Lei Complementar Nº. 46/94.

Art. 222 da Lei Complementar Nº 46/94:

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto de:

- I. Dois cargos de Professor;*
- II. Um cargo de Professor e outro de Técnico ou Científico;*
- III. Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada;*
- IV. Um cargo de Professor com outro de Juíz;*
- V. Um cargo de Professor com outro de Promotor Público.*

Ainda de acordo com a Súmula 246 do TCU:

O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias.

Vitória (ES), _____ de _____ de 2023

Assinatura do Candidato



SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

() **Inclusão de dependente**

Eu, _____,

Cargo _____ CPF _____ solicito a inclusão do(s) dependente(s)

abaixo para fins de abatimento mensal do Imposto de Renda retido na fonte a partir da data de

_____/_____/____e **DECLARO** ser (em) meu(s) dependente(s) econômico(a), não percebendo

qualquer tipo de provento superior ao permitido por lei para esta finalidade.

Declaro ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

| Ord. | Nome completo do dependente | Grau de Parentesco | CPF do (s) dependentes | Data de nascimento |
|------|-----------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|
| 01 | | | | |
| 02 | | | | |
| 03 | | | | |
| 04 | | | | |
| 05 | | | | |
| 06 | | | | |
| 07 | | | | |

Vitória, ES, ____/____/____

Assinatura do servidor

Anexar os seguintes documentos do(s) dependente(s):

- CPF do (s) Dependentes (**OBRIGATÓRIO P/ INCLUSÃO NO CADASTRO**);
- Certidão de nascimento;
- Carteira de vacinação para os filhos **MENORES de 07 anos**;
- Declaração escolar para os filhos **MAIORES de 07 anos**;
- Termo de Guarda e/ou Termo de Tutela emitido pelo juizado.

Gerencia de Recursos Humanos IASES

Avenida Jerônimo Monteiro, nº 96, Ed. Aureliano Hoffmann, 3º andar, Centro, Vitória, ES
CEP.: 29.010-002 / Tel. 3636-5454 / 3636-5457



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH
Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES

ANEXO III

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____
_____, abaixo assinado, de nacionalidade _____,
nascido em ___/___/___, filho de _____ e de
_____, estado civil _____,
residente e domiciliado à _____,
CEP nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e
no RG nº _____, candidato do processo seletivo regulamentado
pelo Edital nº 01/2021, declaro, sob as penas da lei, que sou:

- ☐ preto
☐ pardo
☐ indígena.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções
prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, de _____ 20____

Assinatura do Candidato

**O Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de três anos, e multa, se o documento é particular.*